



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/FMS/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/FMS/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA**, situado na Rua Coronel João Souza Leão, 400, 1º Andar, Centro, Ipojuca, PE, CEP 55590-000, torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário indicados realizará em sessão pública, por meio da *internet*, através do site "www.licitaipojuca.com.br", licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **menor preço POR ITEM**, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 14.133/2021, aplicada subsidiariamente à modalidade Pregão, tendo o seu art. 15 sido regulamentado pelo Decreto Municipal nº 1.051 de 03/05/2023; bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Recebimento das Propostas: 25 de julho de 2024 a 07 de agosto de 2024.

Data da abertura da sessão pública: 07 de agosto de 2024

Horário da abertura das propostas: 09 h 30 min

Horário da disputa: 10 h 00 min

Endereço eletrônico para formalização de consulta: licitacao2.0ipojuca@gmail.com

1.0. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação o registro de preços para futura e eventual **aquisição de pulseiras para classificação de risco** com a finalidade de atender a Rede de Urgência e Emergência da Secretaria de Saúde do município do Ipojuca, visando cumprir as exigências do Ministério da Saúde e garantir o adequado acolhimento dos usuários do SUS, nas especificações e quantitativos constantes do Anexo I – Proposta de Preços, deste Edital.

1.2. A licitação será subdividida em **itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III - Termo de Referência

ANEXO IV - Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO V - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor

ANEXO VI - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso I do artigo 63º da Lei nº 14.133/2021)

ANEXO VII - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

ANEXO VIII - Declaração de Inexistência de Vínculo Empregatício

ANEXO IX - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

ANEXO X – layout das pulseiras de Classificação de Risco.

2.0. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

2.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações).

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura Municipal do Ipojuca - PE, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página www.licitaipojuca.com.br.

2.3. Para efetuar o cadastro no Portal de Compras da Prefeitura do Ipojuca, o fornecedor deverá acessar a página www.licitaipojuca.com.br, no link “Seja um fornecedor”, deverá preencher o formulário com as informações obrigatórias (campos sinalizados como “campo obrigatório”) e anexar a documentação de credenciamento descrita na página.

2.4. O fornecedor deverá enviar todos os arquivos em um único documento e em seguida, clicar no botão “Salvar”.

3.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

3.2.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

3.2.1.1. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em recuperação judicial desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

3.2.2. Em dissolução ou em liquidação;

3.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração municipal do Ipojuca/PE;

3.2.4. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.5. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.2.6. Estrangeiras que não funcionem no País;

3.2.7. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

3.4. O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº. 123/06, deverá comprovar a condição de microempreendedor individual (MEI), microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa, no momento do cadastramento como interessado em participar do certame eletrônico com a apresentação de:

3.4.1. Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte;

3.4.2. Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte;

3.4.3. Não poderão participar da presente licitação as microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

3.5. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

4.0. DO CREDENCIAMENTO:

4.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.0. DA PROPOSTA DE PREÇOS:

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do sistema eletrônico quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6. Valor global estimado do objeto;

5.6.1. Descrição do objeto, indicando, quando for o caso, o quantitativo e as especificações dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços.

5.7. Até o horário previsto para o encaminhamento da Proposta de Preços, deverá o licitante, sob pena de desclassificação da proposta, sem proceder qualquer tipo de identificação, enviar em anexo no sistema, sua proposta, com todas as especificações constantes no termo de referência, além de valores unitários e valores totais.

5.8. A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, deverá conter:

5.8.1. As características do objeto de forma clara e precisa, indicando **MARCA**, e, quando necessário, **MODELO** e **FABRICANTE**, bem como demais dados pertinentes, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

5.8.2. **Preços unitários e total do lote, bem como valor GLOBAL da proposta em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;**

5.8.3. No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

5.8.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

5.8.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

5.8.6. **Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.**

5.9. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.10. Apresentar descrição detalhada dos produtos ofertados, constando a marca, o fabricante e a procedência, de maneira a demonstrar o completo atendimento às características constantes neste Termo de Referência, através da apresentação do rótulo descritivo do produto na marca a ser ofertada, contendo a composição do produto.

5.11. NO CASO DE PRODUTOS IMPORTADOS, será necessário a apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por Linha de Produção/Produtos, emitido pela autoridade sanitária do país de origem ou laudo de inspeção emitida pela autoridade sanitária brasileira; Os documentos apresentados em língua estrangeira por entidades públicas ou privadas de seus países de origem, deverão ser autenticadas pelos respectivos consulados brasileiros e traduzidos por tradutores juramentados.

6.0. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

6.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.0. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES:

7.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo **valor Global**.

7.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.7. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.8. A etapa de lances da sessão pública será realizada no modo ABERTO e FECHADO.

7.9. O envio de lances na sessão durará 15 (quinze) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente em até 10 (dez) minutos. Após o encerramento do tempo, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.10. Encerrado o prazo de lance do subitem 7.9 o sistema abrirá a oportunidade para que os três primeiros classificados ou autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11. Na fase competitiva do pregão, em sua forma eletrônica, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos e o intervalo entre lances inferiores à menor oferta, não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos.

7.11.1. Os lances enviados em desacordo com o subitem 7.11, serão descartados automaticamente pelo sistema.

7.12. Caso não tenha nenhuma oferta de lance final haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Lances com mais de duas casas decimais após a vírgula deverão ser readequados, desconsiderando qualquer valor acrescido após a segunda casa decimal.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.15. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria microempreendedor individual (MEI), microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.16. O sistema identificará os preços ofertados pelas MEI/ ME/EPP/COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma MEI/ ME/EPP/COOP.

7.17. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante MEI/ ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18. Caso a MEI/ ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MEI/ ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior,

procedendo-se da seguinte forma:

7.18.1 A MEI/ ME/EPP/COOP, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

7.18.2. Não sendo vencedora a MEI/ ME/EPP/COOP mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.19. Caso sejam identificadas propostas de licitantes MEI/ ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.

7.20. Havendo êxito neste procedimento, a MEI/ ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por MEI/ ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo MEI/ ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

7.21. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor/prestador de serviço/prestador de serviço classificado em primeiro lugar.

7.21.1. Conforme disposto nos incisos I e III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica estabelecido cota exclusiva e cota reservada no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo a ser adquirido.

7.21.2. Fica assegurada preferência exclusiva e reservada de contratação para as MEI/ME/EPP/COOP, que se enquadrem no disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, de acordo com o previsto nos itens 3 e 4 do Anexo I, deste Edital.

7.22. Na hipótese de uma mesma MEI/ ME/EPP/COOP sagrar-se vencedora quanto à cota principal e à reservada/exclusiva, a contratação de ambas as cotas deverá ocorrer pelo preço da cota de menor valor.

7.23. Não havendo vencedor para a cota reservada/exclusiva, esta poderá ser adjudicada ao licitante vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

7.24. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60, da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a. Produzidos no País;
- b. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.24.1. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

7.25. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.0. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. O licitante deverá apresentar a planilha de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

8.3. O Pregoeiro, sempre que necessário, solicitará em “chat” ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras

informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou manuais para balizar o julgamento de classificação, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. **Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.**

8.5. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.6. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.7. **No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.**

9.0. DA HABILITAÇÃO:

9.1 Os documentos necessários à habilitação, deverão ser encaminhados, juntamente com a proposta final, após solicitado pelo pregoeiro e deverão estar com prazo vigente, na data definida para a sessão pública, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade.

9.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

9.3 Conforme determinação das Cortes de Contas será verificada nos sítios pertinentes, a regularidade de situação das empresas arrematantes de cada um do(s) item(ns)/lote(s) deste certame licitatório, através do sítio www.tcu.gov.br, de acordo com a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica.

9.3.1. Constatada a existência de sanção impeditiva de participação, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4 Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

9.5 Para a habilitação, o licitante deverá anexar ao sistema os documentos a seguir relacionados:

10.0. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;**

10.2. Os documentos acima **deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;**

10.3. **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

10.3.1. Os documentos acima deverão estar **acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es);**

10.4. **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);

10.5. **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.6. **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;

10.7. **Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;**

11.0. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

11.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante Certidão Conjunta Negativa de Débitos, ou Positiva com Efeitos de Negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

11.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

11.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

11.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

11.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

11.7. Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

11.8. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

12.0. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) anos, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, de acordo com o arts. 1065, 1078, 1184 e 1186 da Lei nº 10406 de 10.01.2002 – Código Civil, registrado no órgão competente, juntamente com seus termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, para aqueles que já completaram o seu primeiro exercício social, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, e as empresas constituídas durante o ano corrente deverão, obrigatoriamente, apresentar o balanço inicial ou de abertura;

a.1) As microempresas, as empresas de pequeno porte e as empresas que trabalham sob regime de lucro presumido deverão também apresentar, obrigatoriamente, o Balanço Patrimonial na forma aqui exigida, não podendo o mesmo ser substituído por nenhum outro documento. Nas licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigido da microempresa ou da empresa de pequeno porte que gozar do privilégio da Lei Complementar 123/2006 e alterações, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício fiscal, na habilitação, de acordo com o art. 3º, Decreto Federal nº 8.538 de 06.10.2015;

a.2) Apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último Balanço Patrimonial, atestando a boa situação financeira da empresa:

LG = Liquidez Geral – igual ou superior a 1

SG = Solvência Geral – igual ou superior a 1

LC = Liquidez Corrente – igual ou superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

$SG = AT / (PC + ELP)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

a.3) Os índices acima descritos poderão ser demonstrados, em folha própria, fazendo-se constar os dados do balanço que lhes deram origem.

b) Os licitantes que estiverem em seus balanços com índices inferiores a 1 (um), poderão comprovar sua qualificação através da comprovação de que possui um Capital Social ou Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data por meio de índices oficiais.

c) Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 60 (sessenta) dias contados da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

c.1) A licitante cuja certidão for POSITIVA e obtiver a recuperação pela via judicial, deverá juntar a Certidão Narrativa com a decisão emitida pelo órgão do judiciário que a concedeu.

d) Quando no texto da certidão a que se refere a alínea “c” excluir os processos do PJE, será obrigatória a Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante em processo judicial eletrônico, com data não superior a 60 (sessenta) dias contados da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento, na comarca onde existir (1º e 2º Grau).

13.0. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.1. Prova de capacidade técnica da empresa, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou fornecimentos iguais ou semelhantes ao objeto da presente licitação, de acordo com o definido no art. 67 da Lei 14.133/21 e alterações.

13.2. Para comprovação do quantitativo fornecido, poderão ser apresentados tantos atestados quanto necessários para comprovar que todo o quantitativo indicado na cláusula anterior já tenha sido fornecido pela licitante.

13.3. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do termo de referência;

13.3.1 O atestado de capacidade técnica apresentado, deverá ter no mínimo 50% do quantitativo conjunto dos itens da licitação comprovando a experiência da licitante em serviços/fornecimento de produtos gráficos.

13.4. Apresentar a Certidão de Regularidade Técnica, dentro do prazo de validade, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia ou Nutrição, para o profissional e empresa.

14.0. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

14.1. Declaração de que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002 (Anexo V);

14.2. Declaração de que preenche os requisitos de habilitação (Anexo VI);

14.3. Declaração de que é MEI/ME/EPP para fins da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações (Anexo VII), se for o caso;

14.4. Declaração de Inexistência de Vínculo Empregatício (Anexo VIII);

14.5. Declaração de Elaboração Independente de Proposta (Anexo IX);

14.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no

artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

14.6.1. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.7. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.9. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

14.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14.11. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.12. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

14.13. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

14.14. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.15. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

15.0. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

15.1 A proposta final a ser encaminhada após o encerramento da fase de lances - pela arrematante, deverá ser apresentada na forma do Anexo I deste Edital, no prazo de até 2 (duas) horas após o encerramento da disputa de lances de todos os (itens / lotes / global), redigida em papel timbrado da licitante, VIA SISTEMA, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

15.2. Não serão aceitos, quando da readequação dos preços, que estes se apresentem superiores àqueles inicialmente ofertados em sua proposta contada no registro do pregão.

15.3. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

15.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e no momento de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

16. DOS RECURSOS:

16.1 Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, **no prazo de 30 (trinta) minutos** de forma motivada, manifestar sua intenção de

recorrer, em campo próprio do sistema, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

16.2. Havendo quem se manifeste, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

16.4. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

16.5. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

16.6. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.7. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

16.8. Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao(a) Pregoeiro(a), no endereço citado abaixo no rodapé, a(o) qual deverá receber, examinar e submeter à autoridade competente que decidirá sobre a sua pertinência. Informamos que os mesmos poderão ser encaminhados através do e-mail licitacao2.0ipojuca@gmail.com.

17.0. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

17.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18.0. DA CONTRATAÇÃO COM O(S) FORNECEDOR(ES)/PRESTADOR(ES) DE SERVIÇO:

18.1. A contratação com fornecedor/prestador de serviço registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de ata, instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

18.3. O órgão convocará a fornecedor/prestador de serviço com preço registrado no sistema para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

18.4. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor/prestador de serviço e aceita pela Administração.

18.5. É vedada a subcontratação do objeto do contrato.

18.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.7. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

19.0. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

19.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da confirmação do recebimento da empresa, nos termos do Decreto nº 11.462/2023.

20.0. DO PREÇO:

20.1. O valor máximo total admitido para contratação pela Administração Pública Municipal para a presente licitação é de R\$ 151.200,00 (Cento e cinquenta e um mil e duzentos reais).

21.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência no Edital e na minuta do instrumento de Contrato.

22.0. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

22.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência, na minuta da Ata de Registro de Preços e no instrumento de Contrato, quando for o caso.

23.0. DO PAGAMENTO:

23.1. O pagamento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da entrega dos equipamentos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, com o devido atesto do Gestor responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato.

23.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

23.3. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

23.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

23.5. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

23.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

23.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

23.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

24.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

24.1. Os recursos para a aquisição do objeto, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

24.2. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO	MAC
Funcional programática:	10.302.1405.2149
Ficha:	0093
Natureza da Despesa:	3.3.90.30
Fonte de Recursos:	72

25.0. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

25.1. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

25.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

25.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

25.4. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

25.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

26.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 26.1. Até o terceiro dia útil antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.
- 26.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a), até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no endereço indicado no Edital, e serão respondidos em 2 (dois) dias úteis.
- 26.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.
- 26.4. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 26.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 26.6. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 26.7. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 26.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 26.8.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 26.9. A autoridade competente do processo licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 26.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 26.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 26.13. A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser sanada através de diligência, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s) pelo representante da licitante devidamente credenciado;
- 26.14. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.15. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo do Pregoeiro;
- 26.16. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.
- 26.17. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 14h00min.
- 26.18. O Edital será disponibilizado por meio eletrônico e poderá ser adquirido no portal "www.licitaipojuca.com.br", ou através do portal da transparência no site da Prefeitura do Ipojuca.

26.19. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 14h00min.

26.20. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 14.133 de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 2006, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

26.21. Fica designado o foro da Cidade do Ipojuca – PE, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Ipojuca - PE, ____ de _____ de 2024.

MANÚCIA MACHADO NUNES MEDEIROS
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I – DESCRIÇÃO DO OBJETO E MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Conforme preconiza o inciso II, Art. 8º do Decreto nº. 3.555/2000 e, ainda a Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, o objeto deste certame licitatório será definido da seguinte forma: **MENOR PREÇO POR ITEM COTADO PARA A AQUISIÇÃO DE PULSEIRAS PARA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO COM A FINALIDADE DE ATENDER A REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA**, nas quantidades estimadas e conforme descrito na tabela abaixo:

PARTICIPAÇÃO AMPLA (PARA TODAS AS EMPRESAS)

ITENS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT	QUANT	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO - Confeccionada em polietileno de alta densidade com lacre adesivo inviolável em cores diversas, resistente à água, impressão em serigrafia, com o BRASÃO da Prefeitura MUNICIPAL DO IPOJUCA. Sendo até 100 modelos e cores diferentes. Ressalta-se que as referentes a ALERGIA devem ter a cor diferente das demais e a impressão em serigrafia.	UNIDADE	471305	378.000	R\$ 0,30	R\$ 113.400,00
TOTAL						R\$ 113.400,00

DISPUTA RESERVADA (SOMENTE PARA MEI / ME / EPP)

ITENS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT	QUANT	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO - Confeccionada em polietileno de alta densidade com lacre adesivo inviolável em cores diversas, resistente à água, impressão em serigrafia, com o BRASÃO da Prefeitura MUNICIPAL DO IPOJUCA. Sendo até 100 modelos e cores diferentes. Ressalta-se que as referentes a ALERGIA devem ter a cor diferente das demais e a impressão em serigrafia.	UNIDADE	471305	126.000	R\$ 0,30	R\$ 37.800,00
TOTAL						R\$ 37.800,00



Declaro que no preço cotado estão inclusas todas as despesas, tais como frete, seguro, taxas, tributos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado, bem como que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, sem ônus (CIF/Ipojuca).

Solicitante/Processo - ____/FMS/2024

Condições de pagamento -

Validade da proposta -

Prazo de entrega -

Fornecedor (Razão Social, CNPJ, Endereço, Telefone/fax, etc.) -

____/____/____
DATA ASSINATURA/CARIMBO



ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Assunto: Aquisição de pulseiras para classificação de risco nas Unidades de Urgência e Emergência do Município do Ipojuca.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase e apresenta os devidos estudos para aquisição de insumos que atenderão à necessidade descrita nesse documento.

1. DO OBJETIVO

A aquisição de pulseiras para classificação de risco nas Unidades de Urgência e Emergência do Município do Ipojuca, para cumprir as exigências do Ministério da Saúde e garantir o adequado acolhimento dos usuários do SUS.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A classificação de risco é um procedimento necessário na admissão de pacientes em qualquer unidade de saúde e no caso de uma instituição que atua com urgência e emergência é ainda mais importante. Durante esta triagem, realizada pelo enfermeiro classificador, os pacientes são classificados por cores conforme a gravidade de cada caso. Para a sinalização da classificação os pacientes recebem uma pulseira cuja a cor correspondente à gravidade do seu caso.

Além da gravidade de cada caso as cores corresponderão ao tempo de espera necessário para o atendimento em cada caso, reduzindo o índice de mortalidade na porta das emergências com a identificação rápida de pacientes em risco de vida.

As cores utilizadas para esta classificação são: vermelha (emergência – 0 minuto), laranja (muito urgente – 10 minutos), amarela (urgente – 50 minutos), verde (pouco urgente – 120 minutos) e azul (não urgente – 240 minutos).

Considerando o que define a Portaria nº 2048 /GM/MS, de 05 de novembro de 2002, que aprovou o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência; Considerando a Portaria nº 1600 /GM/MS, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS.

Considerando a Portaria nº 342/GM/MS, de 04 de março de 2013, que redefine as diretrizes para implantação do Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências, e dispõe sobre incentivo financeiro de investimento para novas UPA 24h (UPA Nova) e UPA 24h ampliado (UPA Ampliada) e respectivo incentivo financeiro de custeio mensal,

torna-se essencial e obrigatória a implementação do acolhimento com classificação de risco na UPA 24 horas do Ipojuca.

Desde de 2011, existe o serviço de classificação de risco no município, sendo adotado o Protocolo de Manchester com algumas adaptações. As cores utilizadas na classificação do município são: vermelho, amarelo, verde.

Inicialmente na funcionando na UPA Ipojuca, e posteriormente expandiu-se para as seguintes unidades:

SPA Santo Cristo, SPA Carozita Brito, SPA Camela e SPA Porto de Galinhas. Este ano de 2024, há possibilidade de expansão da classificação de risco para a Maternidade Mãe Lídia assim como instituir o uso da pulseira referente a alergias medicamentosa, atuando assim na segurança do paciente.

A Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013, institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), a qual tem por objetivo geral contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A aquisição desses itens específicos para Rede de Urgência e Emergência tem como finalidade suprir as necessidades de insumos para o serviço de classificação de risco, na quantidade e qualidade para perfeita e total realização do atendimento de classificação de risco, visando garantir a qualidade do atendimento/acolhimento e cumprir as exigências do Ministério da Saúde.

Ressalta-se que a classificação de risco é um procedimento necessário na admissão de pacientes em qualquer unidade de saúde e no caso de uma instituição que atua com urgência e emergência é ainda mais importante. Durante esta triagem, realizada pelo enfermeiro classificador, os pacientes são classificados por cores conforme a gravidade de cada caso. Para a sinalização da classificação os pacientes recebem uma pulseira cuja a cor correspondente à gravidade do seu caso.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em análise do fornecimento dos insumos por outros públicos, observa-se que a alternativa quanto a aquisição do material específico para objeto apresenta melhor estratégia técnica e econômico-financeira, apresentando vantagem para administração pública sob os aspectos da conveniência economicidade e eficiência considerando, custo benefício durante o ciclo de vida do objeto.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após conclusão do estudo entre as soluções, a aquisição do objeto da solicitação é a alternativa mais vantajosa devido ao município não ter gráfica própria, e devido o custo elevado para comprar ou locar uma impressora exclusiva que atenda as cinco (05) unidades que possuem o serviço de classificação de risco, como também a logística para manusear a mesma.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

Considerando o resultado de um estudo com base no ano de 2023, serão acrescidos 10% desse percentual, devido à necessidade de expandir o serviço para a Maternidade Mãe Lídia, além dos períodos sazonais onde há um aumento da população flutuante no município.

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL
PULSEIRA – classificação de risco, em fibra de polietileno de alta densidade com lacre adesivo inviolável em cores diversas, resistente à água, impressão em serigrafia, com o BRASÃO da Prefeitura do Ipojuca, com a identificação PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA. Sendo até 100 modelos e cores diferentes. Ressalta-se que as referentes a ALERGIA devem ter a cor diferente das demais e a impressão em serigrafia.	UND	42.000	504.000

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DE CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar em anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (Art. 7º inciso VI da IN 40/2020 e inciso VI do § 1º do art. 18 do PL 4.253/2020).

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O objeto deverão ser entregues de forma parcelada 6 meses, conforme o consumo, assim como o pagamento da contratada. De acordo com características técnicas e peculiaridades de comercialização, o parcelamento corresponde à maior vantagem, menor custo e maior benefício para a administração.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Pregão Eletrônico (compra direta) – Ata de Registro de preços para aquisição de materiais, visando a atender às necessidades de consumo do serviço de classificação de risco da Rede de Urgência e Emergência.

10. ALINHAMENTO COM PAC

Considerando a Lei nº 8.080/1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando os art. 15º e 18º do Decreto nº 7.508/2011, Capítulo III – do planejamento da saúde, em que os entes federados devem compatibilizar as necessidades das políticas de saúde com a disponibilidade de recursos financeiros e determina, no âmbito estadual, que o planejamento deve ser realizado de maneira regionalizada, a partir das necessidades dos Municípios, considerando o estabelecimento de metas de saúde;

Considerando o que define a Portaria nº 2048 /GM/MS, de 05 de novembro de 2002, que aprovou o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência; Considerando a Portaria nº 1600 /GM/MS, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às

Urgências no SUS.

Considerando a Portaria nº 342/GM/MS, de 04 de março de 2013, que redefine as diretrizes para implantação do Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências, e dispõe sobre incentivo financeiro de investimento para novas UPA 24h (UPA Nova) e UPA 24h ampliado (UPA Ampliada) e respectivo incentivo financeiro de custeio mensal, torna-se essencial e obrigatória a implementação do acolhimento com classificação de risco na UPA 24 horas do Ipojuca.

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12. PROVIDÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Diante da necessidade dos insumos solicitados são destinados aos pacientes da Rede de Urgência e Emergência do Município do Ipojuca, a fim de garantir e ofertar o serviço de classificação de risco de qualidade a população ipojucana, solicitamos a realização imediata do processo licitatório do objeto.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo deverão ser observados os seguintes requisitos ambientais:

Os critérios de sustentabilidade exigidos neste Documento de Formalização de Demanda estão de acordo com o

Art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com a Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 34 § 1º;

Com redação dada pela Lei nº 12.349/2010, no Art. 4º, incisos I, III, VI;

O Decreto nº 7.746/2012, Art. 5º;

O Decreto 7.404/2010, Art. 5º;

A Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de janeiro de 2010, incisos II, III do Art. 5º;

Lei nº 12.305/2010;

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 225º;

E, subsidiariamente a Lei nº 9.985/2000.

A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto nos artigos 5º e 34º, §1º da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 01, de janeiro de 2010/ SLTI/MPOG.

Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01, de janeiro de 2010/ SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, conforme ABNT/NBR – 15448-1 e 15488-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras cujo processo de fabricação.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Gerência de Atenção Hospitalar e a Diretoria de Atenção à Saúde entendem ser VIÁVEL e RAZOÁVEL a aquisição da solução demandada conforme as análises acima.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELLE FERREIRA DO NASCIMENTO RODRIG
Data: 16/07/2024 08:59:55-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Marcelle Ferreira do Nascimento Rodrigues

Diretora de Atenção à Saúde

Michele N. Cunha

Gerente da Rede de Urgência e Emergência de Ipojuca

Monyque A. Silva

Assessoria Técnica da DAS

Aprovo
(Lei 14133/2021)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Constitui o objeto do presente instrumento a abertura de Processo Licitatório para **aquisição pulseiras para classificação de risco** com a finalidade de atender a Rede de Urgência e Emergência da Secretaria de Saúde do município do Ipojuca, visando cumprir as exigências do Ministério da Saúde e garantir o adequado acolhimento dos usuários do SUS, conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.

1.2 A modalidade desta Licitação será PREGÃO ELETRÔNICO- TIPO MENOR PREÇO formalizado por Ata de Registro de Preços, segundo a regra da Lei nº 14133/2021.

1.3 O regime de execução: indireta, no regime de empreitada por global, nos Termos da Lei 14.133/2021.

2. Especificações e quantitativos:

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO	UND	QTD ANUAL
1	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	Confeccionada em polietileno de alta densidade com lacre adesivo inviolável em cores diversas, resistente à água, impressão em serigrafia, com o BRASÃO da Prefeitura MUNICIPAL DO IPOJUCA. Sendo até 100 modelos e cores diferentes. Ressalta-se que as referentes a ALERGIA devem ter a cor diferente das demais e a impressão em serigrafia.	UND.	504.000

FONTE: DAS - os quantitativos do projeto constantes no Termo de Referência foi estimado com base em estudos na elaboração da demanda necessária em virtude da necessidade das quantidades requeridas pela Secretaria de Saúde do Município do Ipojuca, através da Diretoria de Atenção à Saúde.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 Considerando que a Classificação de risco é um procedimento necessário na admissão de pacientes em qualquer unidade de saúde e no caso de uma instituição que atua com urgência e emergência é ainda mais importante. Durante esta triagem, realizada pelo enfermeiro classificador, os pacientes são classificados por cores conforme a gravidade de cada caso. Para a sinalização da classificação, os pacientes recebem uma pulseira cuja cor corresponde à gravidade do seu caso.

3.2 considerando que no município do Ipojuca foi adotado o PROTOCOLO DE MANCHESTER com algumas adaptações, sendo as cores utilizadas para esta classificação: VERMELHA(emergência- 0 minuto), LARANJA(muito urgente- 10 minutos), AMARELA(urgente- 50 minutos), VERDE(pouco urgente- 120 minutos) e AZUL(não urgente- 240 minutos).

3.3 Considerando ainda que além da gravidade de cada caso, as cores corresponderão ao tempo de espera necessário para o atendimento de cada caso, reduzindo o índice de mortalidade na porta das emergências com a identificação rápida de pacientes em risco de vida.

3.4 Considerando a Portaria nº 2048/GM/MS de 05 de novembro de 2002 que aprovou o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de urgência e Emergência.

3.5 Considerando a Portaria nº 1600/GM/MS de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às

Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS.

3.6 Considerando a Portaria nº 342/GM/MS , de 04 de março de 2013, que redefine as diretrizes para implantação do Componente Unidade de Pronto Atendimento- UPA 24 H em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências e dispõe sobre o incentivo financeiro de investimento para novas UPA 24 H(UPA NOVA) e UPA 24 H AMPLIADO(UPA AMPLIADA) e respectivo incentivo financeiro de custeio mensal, torna-se essencial e obrigatória a implementação do acolhimento com classificação de risco na UPA 24 H do Ipojuca.

3.7 Considerando a Portaria nº 529 de 1º de abril de 2013 que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente(PNSP) , a qual tem por objetivo geral contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional.

3.8 Diante da situação dos serviços de urgência e emergência do Município do Ipojuca, incluindo a expansão do serviço de classificação de risco, conclui-se a necessidade de abertura de processo licitatório para aquisição de pulseiras de identificação para classificação de risco , visando garantir o adequado acolhimento dos usuários do SUS, conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município de Ipojuca para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO	MAC
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	10.302.1405.2149
FICHA	0093
DESPESA	3.3.90.30
FONTE	72

5. PRAZO, FORMA DE FORNECIMENTO, CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO E LOCAL DE ENTREGA

5.1 O pedido será de forma parcelada, de acordo com a necessidade a qualquer tempo nas quantidades estipuladas em cada solicitação através de ordem de fornecimento, sendo o prazo de entrega de até **10(dez) dias corridos** , contados a partir da data de comunicação à CONTRATADA após a liberação da nota de empenho mediante agendamento prévio com o coordenador do almoxarifado, Sr. Maurício Barbosa Duque , no endereço a seguir: COMPLEXO EDUCACIONAL DO IPOJUCA, RODOVIA PE 60, KM 19, S/N, BLOCO C, CENTRO, CEP 55.590-000- FONE: 81 3551 1191, no horário de 08:00H às 12:00h, de segunda à sexta-feira, no almoxarifado da saúde.

5.2 O transporte dos materiais deverá ser efetuado em veículos adequados que atendam a todas as exigências e demais normas vigentes e deverá ocorrer sob responsabilidade da CONTRATADA

6. CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO.

6.1. Empresas e pessoas jurídicas, legalmente constituídas e com:

6.1.1. Capacidade técnica de fornecimento para atender à solicitação feita pela Secretaria Municipal de Saúde;

6.1.2. Econômica financeiramente idôneas;

6.1.3. Regularidade jurídico fiscal;

6.1.4. Que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público;

6.1.5. Que aceitem as exigências estabelecidas pelas normas do SUS e do direito administrativo;

6.1.6. Que satisfaçam as condições fixadas neste Termo de Referência e anexos;

6.1.7. Que não estejam sob processo de falência ou recuperação judicial;

6.1.8. Que não estejam impedidas de transacionar com a administração pública e qualquer de seus órgãos descentralizados;

6.1.9. Que não possuam sócios e diretores que ocupem cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança no Sistema Único de Saúde/Ipojuca/PE, nos termos do Parágrafo 4º do Art. 26 da Lei 8080/90;

6.1.10. Que não possuam sócios e diretores que sejam servidores públicos da Prefeitura Municipal de Ipojuca.

6.2. Estão impedidas de participar, as instituições e/ou empresas:

6.2.1. Que cumprirem, na data fixada para a apresentação dos documentos, penalidade de suspensão temporária para licitar ou contratar com a Administração;

6.2.2. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

7.1 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

7.2 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de Direito Público ou privado, comprovando a experiência da licitante em serviços/fornecimento de produtos gráficos no mínimo 50% do quantitativo de itens constantes neste Termo de referência.

7.3 O critério de julgamento da Proposta é o menor preço por item.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.1. A CONTRATADA obriga-se a manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços. em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação já exigidas na Licitação e documentação pertinente, atualizada comunicando à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

8.2. Caso o material entregue não corresponda ao exigido no edital, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de até 05(cinco) dias úteis a contar da notificação da Secretaria de saúde, a sua substituição, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da possibilidade da incidência das sanções previstas no edital, na lei 14.133/2021 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), garantindo o contraditório e ampla defesa.

8.3. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada durante o fornecimento dos itens.

8.4 Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos Federais, estaduais e Municipais que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento dos materiais e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE.

8.5. Ocorrendo mudanças de endereço/telefones durante a vigência da Ata de Registro de Preços ficará a empresa obrigada a informar ao gestor da Ata de Registro de Preços.

8.6. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar e /ou recusar os produtos que não estejam de acordo com as condições estabelecidas, ficando certo que em nenhuma hipótese a falta de fiscalização a exime das responsabilidades provenientes da Ata de Registro de Preços..

8.7 Assumir todas as despesas decorrentes da substituição do material recusado pelo CONTRATANTE, nos termos da Ata de Registro de Preços..

8.8 Assumir todo e qualquer prejuízo causado direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente da execução do objeto desta Licitação.

8.9 Responsabilizar-se pela entrega dos produtos até as dependências do local informado no item 4 deste Termo de referência, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da CONTRATADA.

8.10 entregar o objeto no prazo estipulado no item 5 deste Termo de Referência.

8.11 Atender às disposições legais e se submeter às normas técnicas e administrativas e aos Princípio e Diretrizes do SUS.

8.12 Indicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, representante da Secretaria Municipal de Saúde do Ipojuca, no caso o Sr. Maurício Barbosa Duque, Coordenador de Almoxarifado, telefone 81-98285 2184, e-mail mauricio.admsaudeipojuca@gmail.com

- O responsável técnico pelos serviços prestados, designado de acordo com a legislação de regência dos serviços em saúde;
- O gestor da Ata de Registro de Preços., definido pela CONTRATADA, para figurar como seu interlocutor perante a Secretaria Municipal de Saúde

8.13 O retardamento não justificado na entrega dos materiais solicitados, objeto do certame, considerar-se-á como infração contratual.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Acompanhar a execução do objeto contratado e efetivar a satisfação do crédito da CONTRATADA nos termos dispostos neste Instrumento e no respectivo edital.

9.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e que sejam pertinentes ao objeto do presente instrumento.

9.3. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução da CONTRATADA, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da CONTRATADA, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas.

9.4. Notificar por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade relacionada a execução do objeto contratado.

9.5. Efetuar o pagamento do objeto da Ata de Registro de Preços nas condições e prazos estabelecidos neste Instrumento.

9.6. Receber os itens mediante regular aferição de quantitativos, disponibilidade local, data e horários.

9.7. Comunicar as irregularidades observadas na entrega dos itens, formulando as exigências necessárias as respectivas regularizações.

9.8. Rejeitar, no todo em parte, o item em desacordo com as condições, especificações e exigências estabelecidas.

10. DO PRAZO E CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA.

10.1 As propostas serão avaliadas pelo MENOR PREÇO POR ITEM em obediência ao prazo de entrega indicado no item 5 deste Termo de Referência

10.2 A proposta de preço do licitante para os itens em disputa contida na proposta de preço obrigatoriamente deverá ter um prazo de no mínimo 90(noventa) dias.

11. DOS VALORES, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

11.1. Pelo perfeito e fiel fornecimento do objeto deste Instrumento, a Prefeitura Municipal do Ipojuca, efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da atestação emitida pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, na Nota Fiscal/Fatura da contratada, decorrentes da efetiva entrega através de qualquer tipo de Ordem Bancária.

Parágrafo Único – A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.248.285/0001-09, endereço Complexo Educacional da Saúde – Rodovia PE 60, Km 19 s/n – Ipojuca/PE e conter o número do empenho que originou a nota.

11.2. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

11.3. Eventual mudança de localização e/ou razão social da licitante contratada (matriz/filial), encarregada da execução da contratação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da Nota Fiscal.

11.4. Qualquer incorreção na fatura ou nota fiscal comunicada à Contratada suspenderá o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao Município, encargos financeiros adicionais.

11.5. A Secretaria Municipal de Saúde do Ipojuca reserva-se no direito de suspender o pagamento se o item licitado for ofertado em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

12. DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.1. Nos termos da Lei 14.133/2021, fica designado para acompanhar e fiscalizar a presente Ata de Registro de Preços, o Sr. Maurício Barbosa Duque- Matrícula nº 12240.

12.2. Fica designada para Gestora da ata de registro de Preços, a Sra. Patrícia Flora de Andrade S.S. de Oliveira, Gerente Administrativa da Secretaria de Saúde de Ipojuca, Matrícula nº 3734/5.

12.3. A CONTRATADA sujeitar-se-á à fiscalização da autoridade competente, encarregada do acompanhamento e da execução do objeto contratado;

12.4. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização pela contratante, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pelo não atendimento do fornecimento do objeto licitado;

12.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Ipojuca.

12.6. No ato da contratação, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar documento de Procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a Ata de Registro de Preços em nome da empresa;

13. PENALIDADES

13.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – Advertência nos seguintes casos;

Não manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço, as condições iniciais de habilitação;

Não atender as exigências do contratante, sendo informados por e-mail ou Carta Registrada;

II – Multa, nos seguintes termos:

a) pelo atraso do objeto, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do objeto, por dia decorrido;

b) pela recusa na entrega dos produtos caracterizada em 10(dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor da entrega;

c) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na entrega, entendendo-se como recusa a entrega não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor da entrega rejeitada;

III - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos;

IV - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

13.2. Resultado da infração é imputável a quem lhe deu causa ou para ela concorreu, considerando causa a ação ou omissão sem a qual a infração não teria ocorrido.

13.3. Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar prejuízo à saúde dos usuários e de interesse à saúde pública.

13.4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas na Lei Federal nº 14133/2021.

13.5 . As importâncias alusivas às multas serão descontadas da garantia contratual, inscrição em dívida ativa ou por qualquer outra forma prevista em lei.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. É vedada a subcontratação, parcial ou total, do objeto contratado, não podendo a CONTRATADA transferir a outrem a sua execução;

14.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo CONTRATANTE à luz das disposições constantes da Lei 14133/2021, dos princípios do direito público e, subsidiariamente, com base em outras normas jurídicas que sirvam ao suprimento de eventuais lacunas.

14.3. Fica eleito o Foro de Ipojuca, como único competente para conhecimento e decisão de quaisquer questões oriundas



do presente Termo de Referência.

Ipojuca, 26 de fevereiro de 2024.

Aprovo
(Lei 14133/2021)

Patrícia Flora de Andrade S.S. de Oliveira
Gerente Administrativo
Mat. 3734/5

Dra. Manúcia Machado Nunes,
Matrícula Nº10019
Secretaria Municipal de Ipojuca

50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, de acordo com o Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 1.051/2023.

3.3 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na proposta, de acordo com a respectiva classificação do Pregão Eletrônico nº 007/FMS/2024.

3.4 - Em cada fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 007/FMS/2024, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, como se nele estivesse transcrito.

3.5 - Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 007/FMS/2024, pelos licitantes detentores da presente Ata de Registro de Preços, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DA ENTREGA DOS MATERIAIS/SERVIÇOS

4.1 – O material deverá ser entregue de forma parcelada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do encaminhamento e recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, emitida pela Secretaria, no seguinte endereço: COMPLEXO EDUCACIONAL DO IPOJUCA, RODOVIA PE 60, KM 19, S/N, BLOCO C, CEP 55.590-000 Centro – Ipojuca/PE, de segunda a sexta feira, no horário das 08h00min às 12h00min, conforme agendamento prévio, através de contato com Sr. Maurício Barbosa Duque - coordenador do almoxarifado e telefone (81) 3551-1191.

4.2 - O transporte dos materiais deverá ser efetuado em veículos adequados que atendam a todas as exigências e demais normas vigentes e deverá ocorrer sob responsabilidade da CONTRATADA

4.3 - Na hipótese de os materiais apresentarem irregularidades não sanadas, não será dado o recebimento e será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente, para procedimentos cabíveis, caso não haja a substituição do material dentro dos prazos ora pactuado.

4.4 - Não será aceito entrega de materiais em feriados nacionais, locais, ou finais de semana, exceto casos previamente autorizados pela Gerência de Atenção à Saúde.

4.5 - O fornecedor terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da comunicação a contratada, para sanar toda e qualquer inconformidade que se verificar nos itens Licitados.

4.6 - Apresentar embalagens em condições adequadas, tendo em vista que não serão recebidos produtos com embalagens danificadas (amassadas, rasgadas, etc.).

4.7 - A Nota Fiscal deverá conter:

- O número do empenho;
- Descrição do produto;
- Os materiais e acessórios constantes das Notas Fiscais deverão vir escritos conforme a padronização do município, constante no Termo de Referência e estar acompanhada de uma via do empenho;

4.8 - Cabe a Gerência de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde de Ipojuca, junto com equipe técnica a responsabilidade pelo recebimento e conferência dos materiais (itens) de higiene e limpeza.

4.9 - O envio dos materiais em desacordo ao especificado no item acima, acarretará em recusa de recebimento do item em tela, aplicando-se ao fornecedor as penalidades cabíveis e legislações relacionadas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 – Para cada fornecimento realizado, o pagamento será feito por crédito em conta-corrente no Banco indicado pelo

fornecedor, em até 30 (trinta) dias, a contar da data em que for efetuado o recebimento dos materiais pela Secretaria solicitante;

5.2 - As despesas correrão à conta dos recursos previstos no orçamento da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO	MAC
Funcional programática	10.302.1405.2149
Ficha	0093
Despesa:	3.3.90.30
Fonte :	72

5.3 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

Sigla	Significado / Descrição
EM	Encargos Moratórios.
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a ser paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado:
	$I = \frac{(TX/100)}{365} =$

5.4 - A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1 - Constituem obrigações da contratada conforme Art. 155 da Lei nº. 14.133/21, além das constantes nos artigos 119 e 120 da Lei nº14.133/21, as seguintes:

- A CONTRATADA obriga-se a manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação já exigidas na Licitação e documentação pertinente, atualizada comunicando à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.
- Caso o material entregue não corresponda ao exigido no edital, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de até 05(cinco) dias úteis a contar da notificação da Secretaria de saúde, a sua substituição, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da possibilidade da incidência das sanções previstas no edital, na lei 14.133/2021 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), garantindo o contraditório e ampla defesa;
- Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada durante o fornecimento dos itens;
- Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos Federais, estaduais e Municipais que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento dos materiais e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE;
- Ocorrendo mudanças de endereço/telefones durante a vigência do contrato ficará a empresa obrigada a informar ao gestor da Ata de Registro de Preços;

- f) Assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar e /ou recusar os produtos que não estejam de acordo com as condições estabelecidas, ficando certo que em nenhuma hipótese a falta de fiscalização a exime das responsabilidades provenientes da Ata de Registro de Preços;
- g) Assumir todas as despesas decorrentes da substituição do material recusado pelo CONTRATANTE, nos termos da Ata de Registro de Preços;
- h) Assumir todo e qualquer prejuízo causado direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente da execução do objeto desta Licitação.
- i) Responsabilizar-se pela entrega dos produtos até as dependências do local informado no item 4 deste Termo de referência, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- j) Entregar o objeto no prazo estipulado no item 5 deste Termo de Referência;
- k) Atender às disposições legais e se submeter às normas técnicas e administrativas e aos Princípios e Diretrizes do SUS;
- l) Indicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, representante da Secretaria Municipal de Saúde do Ipojuca, no caso o Sr. Maurício Barbosa Duque, Coordenador de Almoxarifado, telefone 81-98285 2184, e-mail mauricio.admsaudeipojuca@gmail.com;
 - O responsável técnico pelos serviços prestados, designado de acordo com a legislação de regência dos serviços em saúde.
 - O gestor da Ata de Registro de Preços, definido pela CONTRATADA, para figurar como seu interlocutor perante a Secretaria Municipal de Saúde.
- m) O retardamento não justificado na entrega dos materiais solicitados, objeto do certame, considerar-se-á como infração contratua.

6.2 - Constituem obrigações da contratante:

- a) Acompanhar a execução do objeto contratado e efetivar a satisfação do crédito da CONTRATADA nos termos dispostos neste Instrumento e no respectivo edital;
- b) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e que sejam pertinentes ao objeto do presente instrumento.
- c) Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução da CONTRATADA, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da CONTRATADA, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;
- d) Notificar por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade relacionada a execução do objeto contratado;
- e) Efetuar o pagamento do objeto da Ata de Registro de Preços nas condições e prazos estabelecidos neste instrumento;
- f) Receber o item mediante regular aferição de quantitativos, disponibilidade local, data e horários;
- g) Comunicar as irregularidades observadas na entrega dos itens, formulando as exigências necessárias as respectivas regularizações;
- h) Rejeitar, no todo em parte, o item em desacordo com as condições, especificações e exigências estabelecidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS

7.1 – A execução dos Serviços só estará caracterizado mediante o recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Serviço pelo fornecedor.

7.2 - O CONTRATADO ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

7.3 - Se a qualidade do fornecimento não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº

007/FMS/2024 que precedeu à presente Ata de Registro de Preços, a realização do fornecimento rejeitado será informado ao contratado, para substituição imediata, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

7.4 - Cada fornecimento realizado deverá ser efetuado mediante solicitação da Secretaria solicitante, através de emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento.

7.5 – A cada prestação de serviço será emitido uma nota fiscal mensal correspondente.

7.6 – A empresa contratada, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento feita pela requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente o acompanhar, a data e a hora em que o recebeu, além da identificação de quem o recebeu.

7.7 – A cópia da Ordem de Fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a requisitante, a fim de ser anexada aos processos correspondentes.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – **Advertência** nos seguintes casos;

- a) Não indicar à Secretaria Municipal de Saúde o responsável técnico e o Gestor da Ata de Registro de Preço;
- b) Não manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições iniciais de habilitação;
- c) Não atender as exigências do contratante, Sendo informados por fax, e-mail ou Carta Registrada;

II – **Multa**, nos seguintes termos:

- a) pelo atraso do objeto, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do objeto, por dia decorrido;
- b) pela recusa na entrega dos produtos caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor da entrega;
- c) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na entrega, entendendo-se como recusa a entrega não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor da entrega rejeitada;
- d) por não informar a CONTRATANTE qualquer alteração que importe na perda total ou parcial, dos requisitos profissionais exigidos como condição para o presente credenciamento: 10% ao dia sobre o valor médio da produção diária.

III - **Suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

8.2. Resultado da infração é imputável a quem lhe deu causa ou para ela concorreu, considerando causa a ação ou omissão sem a qual a infração não teria ocorrido.

8.3. Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar prejuízo à saúde dos usuários e de interesse à saúde pública.

8.4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5. As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

8.6. As importâncias alusivas às multas serão descontadas da garantia contratual, inscrição em dívida ativa ou por qualquer outra forma prevista em lei.

CLÁUSULA NONA – DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

9.1 - Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula Segunda, da presente Ata de Registro de Preços, e, em atendimento ao que determina o § 1º, art. 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29.06.1995 e demais legislação pertinente, é vedado qualquer repactuação de preços.

9.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – O objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pela Secretaria interessado, consoante o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

10.2 - Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021 e alterações, o Fundo Municipal de Saúde designa a Sra. Patrícia Flora de Andrade S.S. de Oliveira, (Gerente Administrativa) da Secretaria de Saúde de Ipojuca, Matrícula nº3734/5 para ser a gestora, e o Sr.Maurício Barbosa Duque (Coordenador do almoxarifado), telefone: 81-98285-2184, e-mail mauricio.admsaudeipojuca@gmail.com, matrícula nº 12240 para ser o fiscal responsável pela execução da Ata de Registro de Preços, e que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao(s) licitante(s) vencedor(es), objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

10.3 - A cada fornecimento será emitido recibo nos termos das alíneas “a” ou “b”, inciso II, do art. 140 da Lei nº. 14.133 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –DA PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.º 13.709/2018

11.1 - A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS se dará a partir das premissas da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, em especial os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação no tratamento dos dados.

11.2 - As partes se comprometem, no decurso do prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços executados, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO

12.1 As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente”.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração quando:

13.1.1 - Automaticamente:

13.1.1.1 - Por decurso de prazo de vigência;

13.1.1.2 - Quando não restarem fornecedores registrados;

13.1.2 - A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

13.1.3 - A detentora não retirar o pedido de compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

13.1.4 - A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

13.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

13.1.6 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

13.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração; e

13.1.8 - Elas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.

13.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos na **Cláusula Décima Primeira**, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

13.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

13.4 - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na **Cláusula Oitava**, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Integram esta Ata de Registro de Preços, o Edital do Pregão Eletrônico nº 007/FMS/2024 e a proposta do licitante vencedor, como se aqui estivessem transcritos.

14.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – As questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pelo Foro da comarca da cidade do Ipojuca – PE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ipojuca-PE, ____ de ____ de 2024.

CONTRATANTE:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA:

GESTOR DA ATA:

FISCAL DA ATA:

TESTEMUNHA:

CPF/MF:

TESTEMUNHA:

CPF/MF:



ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC. XXXIII, ART. 7º, CF.

Processo:

Pregão:

Data:

Horário:

Na qualidade de representante legal da empresa _____, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº _____, declaro, para fins do disposto no inciso VI, art. 68 da Lei 14.133/2021 e suas alterações, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em horário de trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (___).

Local e Data

Representante legal da empresa (nome, cargo, assinatura)



ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Será enviado com a documentação de habilitação)

Processo Licitatório nº ____/FMS/2024

Pregão Eletrônico nº ____/FMS/2024

A empresa abaixo relacionada, por seu representante legal indicado, declara sob as penas da lei que cumpre plenamente os requisitos de habilitação através dos documentos de habilitação, sob pena de sujeição às penalidades previstas no item 25 do Edital do Pregão Eletrônico sobredito.

Ipojuca-PE, ____ de _____ de 2024.

EMPRESA:

REPRESENTAÇÃO LEGAL:

CARGO:

RG e CPF(MF):

ASSINATURA:



ANEXO VII - TERMO DE OPÇÃO PELO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ALTERAÇÕES

Eu, _____, CPF nº. _____, Identidade nº. _____ Expedida pelo(a) _____, na forma de Representante Legal da empresa _____, CNPJ _____ declaro para fins de comprovação ao PROCESSO LICITATÓRIO nº ____/____-____/2024, pertinente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/____-____/2024, que não incidimos nas vedações impostas no § 4º e que atendemos às exigências dos incisos I e II, tudo do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, e que consequentemente a nossa empresa é considerada como Microempresa Individual – MEI ou Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme documentação comprobatória em anexo.

Local, __ de ____ de 2024.

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ

Representante Legal

Assinatura

OBS: 1 As empresas não optantes do Simples Nacional deverão juntar toda a documentação necessária para comprovação de atendimento às exigências da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações; e

2 Todas as empresas interessadas em gozar dos privilégios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, optantes do Simples Nacional ou não, deverão apresentar no credenciamento o balanço patrimonial do exercício anterior, de acordo com os termos da lei, para a verificação do atendimento às exigências da LC supracitada.



ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A empresa _____ (razão social) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, situada à _____ (endereço completo), para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/_____/2024, DECLARA, sob as penas da Lei, que os integrantes do seu quadro societário não possui(em) qualquer tipo de vínculo empregatício (servidor efetivo, comissionado ou contratado) com a Prefeitura Municipal do Ipojuca e com as demais Unidades Jurisdicionadas do Município.

_____, ____ de _____ de 2024

Representante legal do licitante

CPF nº _____

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

_____, *identificação completa do representante pessoa física* _____, como representante devidamente constituído de _____ *identificação completa da licitante* _____, doravante denominado LICITANTE, Edital do Pregão Eletrônico N° ____/2024, declara sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente ____ *razão social* _____, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Edital do Pregão Eletrônico N° ____/2024, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Edital do Pregão Eletrônico N° ____/2024, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Edital do Pregão Eletrônico N° ____/2024 quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Edital do Pregão Eletrônico N° ____/2024 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal do Ipojuca antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de 2024

Representante legal do licitante



PREFEITURA DO IPOJUCA

ANEXO X - LAYOUT DAS PULSEIRAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

	EMERGÊNCIA (vermelho) Necessitam de atendimento imediato
	MUITO URGENTE (laranja) Necessitam de atendimento praticamente imediato
	URGENTE (amarelo) Necessitam de atendimento rápido, mas podem aguardar
	POUCO URGENTE (verde) Podem aguardar atendimento ou serem encaminhados para outros serviços de saúde
	NÃO URGENTE (azul) Podem aguardar atendimento ou serem encaminhados para outros serviços de saúde

Protocolo de Manchester: Pulseiras coloridas sinalizam nível de gravidade de cada caso